

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CAMPUS II - PERÍODO 1990.2

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA NO
1º E 2º GRAUS EM CAMPINA GRANDE
(1964 - 1989)

Por:

José Frederico Farias da Costa

Campina Grande-Paraíba
1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES DA PRAIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CAMPUS II - PERÍODO 1990.2

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO-APRENDIZAGEM
DE HISTÓRIA NO 1º e 2º GRAUS EM CAMPINA
GRANDE (1964/1980)

José Frederico Farias da Costa

Monografia que apresenta a Banca Examinadora, composta pelos professores Eliete de Queiroz Gurjão Silva (ORIENTADORA), Melânea Rodrigues (MEMBRO) e Gervásio Batista Aranha (MEMBRO), indicados pela Comissão Coordenadora da Disciplina Projeto e Elaboração de Monografia, do Curso de Bacharelado em História, em atendimento às exigências de Conclusão de Curso.

Campina Grande-Paraíba

1990



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTO

APRESENTAÇÃO

I INTRODUÇÃO

II → *metodol.*

1.0 - O HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

1.1 - A LEGISLAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO À PARTIR DE 1930

1.2 - IMPEDIMENTOS À AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E O SIGNIFICADO POLÍTICO DA DECISÃO

2.0 - O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM C.GRANDE (1964/71)

2.1 - O ESPAÇO DE ABRANGÊNCIA, A METODOLOGIA E OS LIVROS

2.2 - O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM C.GRANDE (DE 1971 AOS DIAS ATUAIS)

2.3 - A PARTICIPAÇÃO DOCENTE ATUAL E O SEU PAPEL

CONCLUSÃO

NOTAS

BIBLIOGRAFIA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, direta ou indiretamente, me indicaram o caminho da libertação: família, professores, amigos, o livro e aquelas pessoas com quem dialogo.

AGRADECIMENTO

Agradeço de forma especial, à professora Josefa Gomes de A. e Silva, por ter-me feito apaixonar mais ainda pela Paraíba e por C. Grande; à professora Maria do Socorro Xavier (atual Coordenadora do Curso), pelas várias vezes em que me cobriu de elogios e incentivos; à professora Eliete de Queiroz G. Silva, pela paciência, tolerância e excessiva capacidade de me entender durante a montagem desse trabalho. Com ela divido os méritos desse trabalho e eximo-a de qualquer responsabilidade, quanto às deficiências que ele possa conter.

Aos professores do Curso de História, os atuais e os que já passaram, que nos anos de graduação, transmitiram conhecimentos indispensáveis à execução desta monografia e me deram o orgulho de ter compartilhado da dedicação e do compromisso com o estudo da História.

Ao Administrador Manoel de Sousa Marinho Neto pelas várias vezes em que usou de paciência, diagramação e síntese na redação deste trabalho; enfim, aos professores do passado e ^{os} atuais, das escolas em que colhemos entrevistas, pela riqueza de detalhes que ofereceram.

Até um futuro breve, em nome da Educação, da Ciência e da História.

"Pouco me importam os inimigos; os amigos que tenho já são suficientes para o viver".

(Anônimo)

APRESENTAÇÃO

Durante muito tempo, a historiografia brasileira refletiu a história das elites vitoriosas e dedicou-se, na maior parte, a acompanhar as mudanças do eixo econômico dentro do território nacional.

Dentre todas as utopias criadas perante a avalanche de problemas que marcou a realidade brasileira nenhuma se ressentiu de novos questionamentos como aquela referente ao livro didático.

O conhecimento que, em geral, se tem do mesmo, pouco ultrapassa a imagem de cartão-postal do educador e da aprendizagem. A História e seus problemas sócio-políticos são pouco conhecidos profundamente, visto que, os mesmos se apresentam com dispersões e orientações direcionadas.

Para se avaliar a dificuldade de análise e interpretação teórica do livro didático, tem-se que partir para um processo exploratório de complexas situações associativas e interpretativas com total interdependência de valorização das dúvidas, dos problemas e das discussões, justamente pela sua generalidade, pela que apresenta de básico, transcendendo bastante o âmbito nacional e regional, sendo de interesse de todo o mundo. Em maior ou menor grau, e, ressaltando questões específicas, deparamo-nos com problemas de ordem estritamente decisivas.

As páginas que seguem não pretendem, de modo algum, constituir uma apresentação exaustiva do assunto em si. Se fosse este o caso, deveríamos limitar-nos a expor um histórico da questão. Mas, nas dimensões deste modesto ensaio, bem suscinto, seria forçosamente cansativo. O intento é mais modesto. Partindo para uma significação tão objetiva, tivemos apenas a intenção de tentar desfazer alguns preconceitos e abandonar algumas evidências com que se identifica o livro didático principalmente o de História e Geografia.

Por outro lado, o trabalho permite um contato com o atual processo de relacionamento social, desenvolvimento e verificação, investigações e formação de um dado cotidiano. É preciso, portanto, abrir uma clareira neste cipóal. Não seguindo o exemplo de entidades místicas, que ordenam o caos para um golpe de força, e impor uma direção a ser desenvolvida. Isto seria, no mínimo insensato.

Daí que parece desnecessário frisar que estudo não se restringe às regras de um trabalho acadêmico. Se não bastasse o seu caráter meramente introdutório, des
truí-se especialmente àquelas pessoas cujo cotidiano se desenvolve fora dos mu
ros da Universidade.

O Autor.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho reflete um esforço de pesquisa e análise de alguns dos problemas relacionados com a política e as práticas de adoção e utilização do livro didático.

O motivo que ^{me} levou-me a decidir-me por tal tema teve com marco decisivo, a minha atuação em escolas de 1ª e 2ª Graus, do centro, da periferia e de alguns municípios vizinhos à C. Grande. No campo profissional, me deparei com a estranha estranheza dos alunos em relação ao livro, pois os mesmos têm este instrumento como verdadeiramente estranho à sua atuação nos estudos, não sabendo identificá-lo de nenhuma forma.

A intenção em tentar estudar o livro didático de História prende-se a descobrir que tipo de contribuição este instrumento apresenta na aprendizagem, tanto dos alunos, como também do professor, já que ele é parte integrante desse processo.

Como parte dos estudos, deparamo-nos com a ausência de uma reflexão mais sistemática a respeito do assunto que, na prática escolar, é o meio mais utilizado. Além de idéias colhidas através de diversas entrevistas realizadas em escolas públicas e particulares, empreendemos um estudo bibliográfico, não muito vasto, visto que o nº de obras a respeito é limitado.

Como pesquisa exploratória e sem intenção inovadora, tivemos liberdade para fazer incursões em diversas áreas, valendo-se de estratégias e metodologias variadas. Entrevistas com pessoas ligadas direta ou indiretamente ao ramo foram realizadas. Entre essas se incluem professores, pais, diretores e técnicos de ensino.

A análise crítica do livro didático também não pode ser desvinculada do contexto geral do sistema educacional brasileiro. Os fatores condicionantes deste afetam e determinam igualmente aquele. Neste trabalho, partimos, pois, do pressuposto básico de que o estudo do livro didático não pode ser feito isoladamente, focalizando-se o livro didático em si.

A partir do momento em que o aluno se sente alheio ao livro, não só pela importância, mas também pela sua situação financeira, é outro ponto que nos preocupa, pois os livros também são qualificados pelo preço e pela "qualidade". Existem livros que, de acordo com o autor, determina-se o preço.

Preciosa fonte de dados terminaram sendo mesmo as entrevistas, principalmente no referente à parte de C. Grande, onde tivemos oportunidade de obter e analisar os pronunciamentos, críticas, ^{a quem?} dificuldades, ^{do que?} propostas e ^{por que?} aprofundamentos do tema. ^{qual?}

Estudar educação ou algo relacionado é importante como estudar qualquer outro campo do conhecimento, qualquer prática social, desde que se leve em conta o processo global da sociedade. Esse tipo de estudo permite antecipar, planejar uma ação, refletir a prática do educador e seu papel na transformação da sociedade.

Educar é transmitir idéias, conhecimentos que, através de uma prática, podem transferir ou conservar a realidade. A educação, é portanto, a mediação entre teoria e prática. Como vivemos numa sociedade dividida em duas classes antagônicas (a burguesia e o proletariado), pensar educação é pensar educação de classe. Como as idéias dominantes de uma época são as idéias da classe que domina a sociedade, na nossa sociedade são ^{as} idéias burguesas que dominam.

está enf!
Marcados pela curiosidade de verificar o que aconteceu e continua acontecendo sobre o tema, fomos até residências, escolas e outras instituições, conversamos com professores e autoridades educacionais. Desse contato, surgiu um questionário formalizado^x, que nos foi de grande valia. Apesar de tanta ajuda, de tanto contato enriquecedor com as pessoas que atuaram, atuam e refletem sobre esses problemas¹ e que usam o livro didático no dia-a-dia, Muitas incorreções e deformações sobre a realidade ainda pairam em nossas cabeças e se refletem no trabalho adiante apresentado.

Quanto à autoria, fica difícil uma decisão. As idéias mais originais e interessantes, sem dúvida, não foram nossas, e nem sempre é possível identificar o seu primeiro proponente ou observador, seja dentro ou fora do contexto.? De qualquer maneira, assumimos a responsabilidade pelas citações e pela incorporação anônima de muitas outras idéias aos textos.?

* onde está

1 - O HISTÓRICO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O histórico do livro didático no Brasil se sobrepõe, de certa forma. Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (PARTIDOS, SINDICATOS, ASSOCIAÇÕES DE PAIS-E-MESTRES, ASSOCIAÇÕES DE ALUNOS, EQUIPES CIENTÍFICAS, ETC). Essa história da criação de leis e decretos somente passa a ter sentido quando interpretada à luz das mudanças estruturais como um todo, ocorridas na sociedade brasileira, desde o Estado Novo até a Nova República.

Por isso, estudar ou questionar a história e a política do livro didático no Brasil nos cria um sério problema metodológico. Em verdade, os dois aspectos, sendo indissociáveis, também devem ser tratados conjuntamente.

A história do livro didático assume, neste ensaio, o caráter de uma introdução histórica da política do livro didático em si, como esta foi desenvolvida pelo Estado brasileiro a partir de 1930; e em C. Grande, por integrar o conjunto da Federação brasileira. A opção por este período prendeu-se à falta de questionamento mais anterior e porque foi também a partir deste período que se desenvolveu no Brasil uma política educacional "consciente", "progressista", com pretensões até certo ponto democrático e aspirando a um embasamento científico.

A atualidade e, em certo sentido, a permanência do debate e da indefinição da política de regulamentação do livro didático pode nos conduzir à idéia equivocada de ter sido esse tema introduzido na área educacional apenas nos nossos dias. Tão permanente quanto confuso, está ele presente de forma institucional, desde o Ministério Gustavo Capanema, no período do Estado Novo⁽¹⁾. A recuperação do processo decisório sobre essa questão pode ser útil à compreensão

da situação em que nos deparamos hoje, quando procuramos analisar a política educacional que cuida do livro didático.

na parte de quem?
A receptividade do Decreto-lei 1006, de 30/12/1938, até nos conduziria à impressão de solução de um problema, não fossem as inúmeras dificuldades encontradas na sua operacionalização. Tantas foram os acessórios e adendas ao decreto original que poderíamos concluir por sua quase completa inoperância. A riqueza da proliferação de regulamentos adicionais contrapunha-se à pobreza na condução prática da política estabelecida. Se há uma questão, nesse caso, que merece uma reflexão mais detida, sem dúvida é a do paradoxo constante entre a paralisia da buracracia política e a eficiência da iniciativa privada.

trata do quê?

em que se baseia a política? a política é a política?

1.1 - A legislação do Livro Didático a partir de 1930

Em programas e Compêndios de História para o ensino secundário brasileiro (1931/56), Guy de Holanda (1957), defende a tese de que o livro didático racional é uma consequência direta da Revolução de 1930. "Com efeito, a queda de nossa moeda, conjugada com o encarecimento do livro estrangeiro, provocado pela crise econômica mundial, permitiu ao compêndio brasileiro, antes mais caro do que o francês, competir comercialmente com este" (HOLANDA, 1987).

onde está na ref. bibliográfica?

Remontam a 1937 as primeiras iniciativas desenvolvidas pelo Estado Novo, para assegurar a divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural, criando-se o INL (Instituto Nacional do Livro), órgão subordinado ao MEC; Este órgão estruturou-se em vários órgãos operacionais menores, entre os quais, a coordenação do livro didático. Competia a essa coordenação: planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição do livro didático.

O Decreto-lei 1006, de 30/12/1938, define, pela primeira vez, o que deve ser entendido por livro didático. "Art. 2º, § 1º - Compêndio são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º - livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático" (2) (OLIVEIRA, A. L., 1980).

onde está, na ref. bibliográfica?
o que corresponde

Através deste mesmo decreto é criada uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), composta inicialmente por 7 membros, designados pela Presidência da República. Cabia a essa comissão examinar e julgar os livros didáticos, indicar livros de valor para tradução e sugerir abertura de concurso para produção de determinadas espécies de livros didáticos ainda não existentes no país. Como bem destaca Bonény (1984), essa comissão tinha muito mais a função de um controle político-ideológico que propriamente uma função didática. No artigo 20 do decreto em questão são enumerados 11 impedimentos à autorização do livro e somente 5 dizem respeito a questões genuinamente didáticas (1984).

ou outro 6?

Em 29/03/1939, o Decreto-lei nº 1177, aumenta de 7 para 12 o número de membros da CNLD e regulamenta sua organização e seu funcionamento até os menores debates. O controle que essa comissão tinha sobre a produção e circulação do livro didático estava na produção direta do controle que o próprio ministro exercia sobre a comissão.

Com o final da gestão de Capanema, em 1945, surgem vozes críticas, questionando a legitimidade dessa comissão. No entanto, o Decreto 8460/45 consolidou a legislação 1006/38, deliberando sobre 3 grandes blocos:

- a) (deliberações relativas ao) processo de autorização para adoção e uso do livro didático;
- b) (deliberações relativas ao) problema de atualização e substituição dos mesmos;
- c) (deliberações que representam algumas) precauções em relação à especulação comercial.

Será o próprio ministro Clemente Mariani que, em outubro de 1947, solicita um parecer jurídico a respeito da legalidade ou não da CNLD, fortalecida com essa legislação de 1945. A comissão, no entanto, persiste, com seus plenos poderes, sem que sejam resolvidos os vários impasses decorrentes da centralização do poder, do risco de censura, das acusações de especulação comercial e de manipulação política, relacionadas com o livro didático.

Na década de 60, já durante o regime militar, são assinados os vários acordos MEC/USAID (entre o governo brasileiro e o estadunidense), criando-se juntamente com um desses acordos, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático.

co (COLTED). Elza Nascimento Alves ⁽³⁾, assessora do MEC naquela ocasião, explica que o convênio firmado em 06/01/1967, entre o MEC/SNEL/USAID (Ministério da Educação/Sindicado Nacional de Editores de Livros e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional) tinha como objetivo tornar disponíveis cerca de 51 milhões de livros para os estudantes brasileiros, no período de 3 anos. Essa distribuição seria gratuita. A COLTED propunha um programa de desenvolvimento que incluiria a instalação de bibliotecas e um curso de treinamento de instrutores e professores em várias etapas sucessivas, desde o nível federal da União até os níveis mais baixos dos municípios e das escolas.

O que os funcionários e assessores do MEC descreviam como ajuda da USAID era denunciado por críticos da educação brasileira como um controle americano do mercado livreiro, especialmente do mercado do livro didático. Esse controle garantia por sua vez, o controle, também ideológico, de uma fatia substancial do processo educacional brasileiro ⁽⁴⁾. Foi Romanelli quem melhor sintetizou este tipo de denúncia em sua História da Educação no Brasil (1979): "Ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos órgãos técnicos da USAID todo controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância como: elaboração, ilustração, editoração e distribuição de livros, além da orientação das editoras brasileiras no processo de compra de direitos autorais de editores não brasileiros (a maioria estadunidenses). A COLTED foi extinta em 1971, quando foi criado o Programa do Livro Didático (PLID), conforme o Decreto 68. 728 de 08/06/1971 ⁽⁵⁾.

Em 1968, tinha sido criada a FENAME (Fundação de Material Escolar), que, em 1976, sofreu modificações por decreto presidencial, sendo encarregada de assumir o Programa do Livro Didático, até então ainda formalmente sob responsabilidade do Instituto Nacional do Livro (INL), por sua vez subordinado ao MEC.

A partir de então passou a ser da competência da Fename:

- 1 - Definir diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional;
- 2 - Formular programa editorial;
- 3 - Executar os programas do livro didático;
- 4 - Cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns ⁽⁶⁾.

É em 1980 que, pela 1ª vez, aparece explicitamente a vinculação da política gover

namental do livro didático com a criança carente, quando são lançadas as diretrizes básicas do PLIDEF (Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental), posteriormente acrescido do PLIDEM (Programa do Livro Didático - Ensino Médio) e do PLIDESU (Programa do livro Didático - Ensino Superior), respectivamente, programas do livro didático para o ensino médio e supletivo. Com esse programa se dizia "colaborar no desempenho da política governamental e cultural do país, dando assistência ao alunado carente de recursos financeiros". (7)

Em abril de 1983 é instituída, pela Lei 7.091, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão subordinado ao MEC, que tem "a finalidade de apoiar a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus (SEPS/MEC), desenvolvendo os programas de assistência ao estudante nos níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus, para facilitar o processo didático-pedagógico". (8) Desta forma, foram reunidas em uma instituição vários programas de assistência do governo, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PLIDEF, programas editoriais, de material escolar, bolsas de estudo e outros.

Críticos da política oficial do livro didático no Brasil alertaram para os problemas decorrentes dessa centralização da política assistencialista do governo, característica para o período da distensão e abertura da Velha República (Regime Militar): dificuldades de distribuição do livro dentro dos prazos previstos, lobbies das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis, autoritarismo implícito na tomada de decisões por delegacias e secretarias estaduais de educação na escolha do livro, etc. (9)

Essas críticas foram periodicamente apresentadas ao próprio presidente da FAE, nas reuniões do comitê de consultores para a Área Didático Pedagógica, criada em 1984 e composto por cientistas e políticos das mais distintas áreas (Antonio de Souza Teixeira Junior/FUNBEC-S.Paulo; Bárbara Freitag/UNB-Brasília; Célio Cunha/ CNPq-Brasília; Claudio de Moura Castro/IPEA-Brasília; João Batista Araújo e Oliveira/CEDEC-Brasília; Maria Amélia Goldberg/Fundação do Livro Escolar - S.Paulo; e o presidente da FAE e o diretor do Programa do Livro Didático). A este comitê caberia:

- 1 - Orientar a presidência da FAE sobre a política e os planos da Instituição;
- 2 - Apreciar o plano anual e o relatório de atividades da FAE;
- 3 - Subsidiar a formulação das políticas e diretrizes para a área didático-pedagógica;
- 4 - Propor a realização de estudos e pesquisas na área do livro didático e material institucional, bem como avaliar a qualidade das propostas apresentadas

para financiamento, pela FAE, e os seus resultados;

- 5 - Propor medidas que contribuam para o aprimoramento da qualidade das propostas apresentadas para financiamento dos livros didáticos e materiais escolares, etc.

Apesar dos amplos poderes concedidos (no papel) ao comitê, este nunca chegou a funcionar com o mesmo peso das duas comissões anteriores (a CNLD e a COLTED). A atuação do comitê se restringiu a algumas sugestões, discutidas ainda com o primeiro diretor da FAE. Elas acabaram sendo parcialmente integradas no decreto 91.542, de 19/08/1985, assinado pelo presidente nos primeiros meses de euforia da Nova República. Logo em seguida à publicação do decreto, o comitê foi desativado pelo novo presidente da FAE.

A nova legislação ^{qual?} procura corrigir algumas das anomalias apontadas e busca a descentralização administrativa do Programa Nacional do Livro Didático, sugerindo que a escolha do livro seja feita pelo professor que o utiliza em sala de aula. Em nível estadual, essa política já estava sendo posta em prática há alguns anos, como se pode depreender das legislações estaduais sobre o assunto. ⁽¹⁰⁾ A decisão do governo federal de generalizar essa prática para todas as Unidades da Federação somente oficializou as decisões antecipadas pelos Estados mais progressistas como SP, RJ e MG.

Na reformulação da política do livro didático em nível federal, fortaleceu-se também a ideia e a prática do livro "durável", de "boa qualidade", que, desde os acordos MEC/USAID havia cedido o terreno para o chamado livro descartável, de uso limitado, já que reunia, em uma só edição, livro de texto e caderno de exercício. "Mudar o livro simplesmente por mudar não é política pedagógica, mas política editorial. Não é necessidade educativa. É luxo de educação. O Programa Nacional do livro Didático institui o livro reutilizável." ⁽¹¹⁾ (Discurso do Pres. da Rep. 1985)

1.2 - IMPEDIMENTOS À AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO E O SIGNIFICADO POLÍTICO DA DECISÃO:

O período do Estado Novo é rico em legislações e decretos que visam a constituição do que, na época, se denominava, insistentemente, a "consciência nacional"; a "construção da nacionalidade"; a "afirmação do Estado Novo". O momento da construção era visto, ao mesmo tempo, como o momento do expurgo de tudo o que ameaçasse o projeto de definição da brasilidade. A retórica sempre presente, e hoje já tão

desgastada, dizia respeito à presença no cenário nacional de ideologias contra rias à segurança e à ordem da Nação. O livro didático não só escapou a essa discus são, como acabou se tornando, potencialmente, um dos grandes veículos de transmis são do ideário estado-novista.

Há no arquivo privado de Gustavo Capanema, do acervo do CPDOC, a transcrição do discurso do general Pedro Cavalcanti, na "Hora do Brasil" de 12/04/1939, ilustra tivo do tipo de preocupação que orientou a decisão política da contribuição indis criminada nas escolas dos livros didáticos.⁽¹²⁾ O general refere-se à situação a que chegou o "nosso ensino sob a influência de inovadores divorciados dos interes ses espirituais da nacionalidade por devoção a exóticas concepções pedagógicas. A matéria conclui afirmando que "dentro em breve nossas escolas ensinarão de acor do com as exigências da nossa unidade espiritual, visando os benefícios indivi duais e coletivos de uma instrução adaptada às realidades do país." Mas, se não quisermos tomar esse depoimento como decisivo, basta que nos atenhamos à parte dos impedimentos à autorização do livro didático do Decreto-Lei nº 1.006. O Art. 20 enumera 11 impedimentos à autorização, relacionadas à questão politico-ideologi ca, contra 05 que dizem respeito à didática propriamente dita. Para efeito de dú vida, ou reflexão, vale a pena a transcrição:

- a) O livro que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indica ção da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao chefe da Nação, ou às autoridades constitui das, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figu ras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento de superioridade ou inferioridade do homem de uma re gião do País com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio às raças e às nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;

- j) que atente contra a família, ou pregue ou ensinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana!

Os artigos 21, 22 e 23 cuidarão das exigências e observações a respeito gramatical, clareza de estilo, precisão de linguagem, correção nas informações de caráter científico e técnico, observância à ortografia oficial e redação em língua nacional. A inobservância às regras estabelecidas implicaria na apreensão da respectiva edição.

A ênfase exagerada nos aspectos morais, cívicos e políticos presente no Decreto-Lei nº 1.006 pode sugerir duas situações: a 1ª, a crença na existência de uma produção de literatura didática inadequada, de formação de um certo espírito de nacionalidade. A 2ª, o estímulo para a produção de obras que consultassem as conveniências políticas e pedagógicas que o governo vinha nesse momento valorizando.

É preciso, a essa altura do texto, ampliar um pouco mais a reflexão para que se dimensione mais corretamente o significado político da regulamentação do livro didático. A política do livro didático esteve inserida num contexto maior de política educacional, que teve no Estado Novo um período de efervescência. Pelo menos dois projetos de alta significação deram ao projeto do livro didático uma importância destacada: o da nacionalização do ensino e do Movimento da Juventude Brasileira¹³, ambos tendo adquirido no período um caráter de prioridade em seu nível. Fortalecendo a política de nacionalização, que emergia como de caráter urgente, propunha-se uma ampla e profunda reformulação do ensino primário. A presença inquestionável (e considerada ameaçadora ao ideário de nacionalidade) de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, sedimentados pela perpetuação de suas culturas de origens no território brasileiro, com a criação e manutenção de um elevado número de estabelecimentos escolares, reclamava do governo uma ação intervencionista mais agressiva. Será no Estado Novo, não obstante as acirradas e organizadas resistências, que a ofensiva governamental obterá êxito no projeto de nacionalização do ensino (o que significou, a grosso modo, o fechamento de escolas e a reformulação do conteúdo programático nas zonas de colonização estrangeira).

Em julho de 1940, João Carlos Muniz, presidente do Conselho de Imigração e Colonização, adverte Vargas da entrada de 60 caixas contendo livros pedagógicos im

pressos em língua japonesa, destinadas a escolas e núcleos nipônicos no Brasil. Esses livros não puderam ser apreendidos por não se destinarem à venda. Para resolver tal determinação e para que tal propósito fosse alcançado, Lourenço Filho sugeriu a reformulação do Art. 1º do Decreto-Lei nº 1.006 e a inclusão de outro 3 artigos, onde se determina:

Art. 1º - É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos, desde que impressos em língua portuguesa.

Art. 2º - A produção de livros didáticos impressos em língua estrangeira é apenas permitida para os cursos secundários e superior.

Art. 3º - A importação de livros didáticos em língua estrangeira, e que se destinam a escolas primárias, dependerá de autorização especial do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4º - Os livros impressos em língua estrangeira, produzidos no país ou importados com infração ao disposto nos artigos 2º e 3º respectivamente, ficam sujeitos à apreensão por parte do Ministério da Educação.

FONTE ?

O decreto que dispõe sobre a organização e funcionamento da CNLD para o ano de 1941 desdobra a comissão em 12 seções de 3 membros cada uma, estabelecendo que cada seção/funcionaria separadamente para exame e julgamento dos livros didáticos, servindo um de seus membros, em cada caso, como relator e os demais como revisores. Mas o balanço de 17/07/1941 não era favorável em nada? Aguardavam exame para posterior avaliação 1986 livros. Admitindo-se que cada membro da Comissão emitisse um parecer por semana, até 31 de dezembro, 340 livros estariam examinados, restando, portanto, 1646 por examinar.

Naturalmente, que da lista dos afetados por todo o processo desde o início, as editoras ocupam um lugar destacado. Não podendo impedir ou embargar uma decisão da política governamental, estarão, frequentemente, reivindicando alterações ou manifestando suas dificuldades e apreensões, na tentativa de enfrentar os embaraços financeiros a que estão submetidos pelo entrave imposto à comercialização de seus produtos.

Em agosto de 1941, o presidente da Ass. Prof. das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, em documento ao Ministério da Educação, expõe as dificuldades dos editores frente ao Decreto-Lei 1.006. Afirma o mesmo que "dado o vulto enorme de trabalho que representa a produção anual de literatura didática, os editores e autores teriam de forçosamente reeditar as suas obras, ou melhor, iniciar a reim-

pressão dos livros escolares com antecedência de, pelo menos, seis meses sobre a reabertura das aulas, arriscando-se a imprimir obras que já estejam ou venham a ser reprovadas nesse período, o que importaria em prejuízo total pa-ra as editoras. Além disso, acrescem-se as dificuldades às mudanças do programa de ensino que modificam o currículo escolar, obrigando as editoras a suportar, ao fim e ao cabo, um risco duplo de perda total da edição. (14)

Não teria ainda o ano de 1942, nem o de 1943, a solução do problema da insu-ficiência do processo de autorização da literatura didática. Em março de 1944, o Ministro Capanema envia um projeto de decreto-lei à Presidência da República, em cuja apresentação, menciona a precariedade do cumprimento da legislação aprovada em 1938. A data a ser fixada para que a adoção dos livros obedecesse à regulamentação seria novamente marcada pelo Ministro da Educação e a publicação oficial de livros didáticos, para uso nos estabelecimen-tos de ensino do país, passaria a constituir atribuição do Instituto Nacional do Livro". Criado em 21/12/1937, pelo Decreto-Lei nº 93, o INL desempenhará, na década de 70, uma função relevante à política do livro didático.

É possível que, no final da gestão Capanema (30/10/45), não se tivesse, ainda, assistido aos resultados esperados e tão anunciados desde 1938. O país movimentava-se politicamente, no pós-45, mas já em outro cenário. Fora tão politizado de origem o projeto do livro didático, que os tempos de abertura acabaram, afrouxando em grande parte os nós de sua rede de sustentação. A retórica do civismo exacerbado tão presente e tão fortalecida em momentos de política autoritária perde muito ou quase tudo de sua importância em momentos de normalidade da vida política. Evidentemente que a literatura didática não se restringe aos títulos de natureza política. Mas, pelo que vimos no Decreto-lei 1006, o aspecto político se não se sobrepôs ao didático, ocupou um espaço até descabido, pedagogicamente.

A solicitação do Ministro da Educação ^{qdo?} ao Ministro da Guerra ^{quem?} para que designasse um componente do Exército para atuar na CNLD, as inúmeras declarações dos militares a respeito da necessidade de se recriar o modelo de educação de modo que se garantisse um projeto adaptável à linha política do novo regime e as tentativas de se formar grupos organizados de ação nacional, como foi o caso da Juventude Brasileira, tudo isso confirma a impressão que se registra na recuperação desse período de que, antes do aprimoramento educacional, havia o imperativo do aprimoramento político, voltado ao novo modelo que

se implantava. Repensado o modelo, repensadas ou recolocados em novo formato, as prioridades.

Não é gratuita a solicitação de um parecer jurídico, em outubro de 1947, já na gestão Clemente Mariani, a respeito da legalidade ou não da CNDL, tendo em vista a vigência da nova Carta Constitucional de 1946.

Dir-se-á que podem certos livros prejudicar a formação moral e mental da infância e da adolescência.

O recurso poderá ser, primeiro, a escolha de professores capazes que rejeitam espontaneamente tais livros. Depois, a propaganda, a regulamentação, de um lado e, de outro, a advertência, a crítica, a apreciação serena, indicando os males que têm. (15)

Uma política de aprimoramento da formação moral e educacional pode e deve ser feita pela via da competência acadêmica. Ao contrário do momento de fechamento político no início do Estado Novo, assiste-se agora, em 1947, aos apelos de liberdade de cátedra, de reforço à qualificação profissional do magistério, enfim, à reformulação do ensino pelo viés da pedagogia.

A ATUALIDADE DO PROBLEMA

(item ?)

O nascimento e a definição de uma política governamental para o livro didático estiveram no seu primeiro momento de existência associados à CNDL. Era ela a representação e a expressão da iniciativa governamental nessa área da política educacional. E, de fato, ela bem deu mostras do quanto foi, ficou por fazer e por solucionar. Já se fez alusão ao momento político no qual foi gerado o projeto do livro didático. Rico na criação de normas, decretos, regulamentos e aditamentos de decretos, o período autoritário acaba muitas vezes privilegiando, pela própria lógica de seu funcionamento, decisões de gabinete, essencialmente burocrático que, em grande parte, ^{ne}mostram-se ineficazes, pela inadequação de todo esse aparato normativo às situações mais concretas. A defasagem entre a produção de normas e sua aplicação prática pode até conduzir ao aceleramento da criação de outros procedimentos legais para suprir a deficiência encontrada. Esse processo vai se perpetuando pela fecundidade com que se pretende responder normativamente a cada expectativa não cumprida.

A avaliação da política adotada acaba ficando restrita à avaliação do órgão responsável por sua execução, o que pode levar ao equívoco de se tornar a modificação de sua estrutura como avaliação de todo o processo. Ampliar a CNLD em número de subcomissões, atribuir a ela mais ou menos responsabilidades, redimensionar funções e hierarquias como que solucionaria o problema do emperramento, da inoperância, da ineficiência de que o projeto sofria. Quanto mais se caminhava nesse caminho, mais multiplicavam as expectativas e as frustrações. O Decreto-Lei nº 8.460, que regulamenta ainda hoje a política do livro didático, data de 1945. Trata ele ainda de definição do papel e das atribuições da CNLD, agora com mais e maior minúcia de detalhes, sem que tenha havido uma herança ou um saldo positivo de seu desempenho desde 1938, momento de sua concepção.

Em dezembro de 1951 foi promulgada uma Lei de Estado de SP ⁽¹⁷⁾ *em consonância: e' 16* instituindo a Comissão Estadual do Livro Didático, com a função de declarar quais as obras didáticas recomendadas pelo Governo do Estado para futura adoção nas escolas. Esse fato provocou a consulta por Lourenço Filho, ao Con. Nac. de Educação sobre a autoridade ou não dos Estados nessa matéria, estando em vigência o Decreto nº 8.460.

A iniciativa paulista acaba servindo de exemplo a uma argumentação que, no final da década de 40, começa a aparecer de forma mais frequente. Em diversas oportunidades, presenciou-se a crítica formulada ao decreto que criou a CNLD, caracterizando-o como fruto do processo político centralizador.

Se o momento posterior à década de 40 é rico em avaliação rigorosa a respeito do efetivo desempenho da CNLD, principalmente pelas propostas descentralizadas da política educacional, é ainda pobre com relação a medidas concretas de um tema considerado problemático pela maioria esmagadora de políticos, órgãos e entidades responsáveis pelo processo educacional. Uma prova evidente dessa afirmação está na frequência assídua de depoimentos, no Congresso, de Parlamentares filiados a todos os partidos, quer da oposição, quer do governo. Se há uma unanimidade nesses pronunciamentos, ela diz respeito ao reconhecimento da dificuldade, da urgência e mesmo da ineficácia da política governamental na resolução do que consideram "o problema do livro didático."

A acompanhamento dessas discussões parlamentares facilita a compreensão do curso tomado através da implementação de novas decisões, mas, valorizadas, ou

tras, porém, merecedoras das mais incisivas reprovações. Por alguns discursos, acaba-se recuperando o histórico da tentativa de enfrentamento das questões relativas ao livro didático. Se, de um lado, nos auxiliam nessa recuperação, de outro, esses discursos nos constroem, como interessados no tema, pela presença e insistência, ainda nos anos 80, dos mesmos argumentos, do mesmo diagnóstico já presenciados na década de 30.

No período de 50, aos anos iniciais da década de 80, as manifestações parlamentares sobre a questão específica do livro didático não aparecem de forma regular. A década de 60, e, principalmente, a de 70, são as que contêm o maior número de pronunciamentos. Esse fato não é gratuito. Há, porém, um fenômeno comum a todos esses anos que, em certo sentido, confere às próprias controversias uma certa uniformidade: a concordância indiscriminada sobre a existência de um problema que reclama solução e o consenso entre os parlamentares a respeito do que caracterizam como a "situação abusiva" dos altos custos a que chegaram os livros para o orçamento precário e limitado da maioria das famílias brasileiras. Fala-se de "comercialização da educação"; da "industrialização da pedagogia"; do "truste dos livros" e do abuso na exploração daqueles que procuram a educação. Se essa uniformidade é constável com facilidade, ela não pode ser apressadamente qualificada como mais que isso, porque, a partir do mesmo ponto, surgem as propostas mais diversas, o que acaba distinguindo os diversos pronunciamentos. *quantos?*

Nos anos 50, o destaque recai sobre a discussão do projeto do deputado Aurélio Viana, de AL, proibindo a substituição do livro didático por 4 anos. Argumenta com o custo elevadíssimo que, a cada dia, torna-se mais pesado para a família. Segundo ele, o livro didático poderia acompanhar a reforma vinda com a nova lei de ensino, que estabeleceu que os programas só poderiam ser modificados depois de 4 anos. Em fevereiro de 1957, Medeiros Neto leva ao Congresso Nacional um memorial dos professores protestando contra o projeto.

Atravessamos os anos 60 sob o égide dos mesmos impasses. De um lado, entretanto, mantêm-se vivas as acusações da especulação comercial que crescia em proporção inversa à resolução ou à definição de uma estratégia eficaz de encontro do problema; de outro, a incursão pioneira de grandes projetos governamentais nessa área. Em 1966, se acirram os debates no Congresso nessa tela. Chegou-se mesmo a propor a padronização dos preços, para que se esbarasse com a intervenção estatizante.

* Rever a que?

Até 1964, dois Decretos-lei foram promulgados; um deles, sob o governo Jânio Quadros, dispondo sobre o financiamento e a redução dos custos das obras didáticas, através do Banco do Brasil à produção dos livros didáticos. Ele visava o aperfeiçoamento, a tiragem mínima e a publicação, de preferência, em um só volume. O 2º data de 21/02/1964, sob o governo João Goulart. Teve curta vigência, já que foi revogado em abril do mesmo ano. Por ele, ficaria autorizado a editar livros didáticos de todos os níveis e graus de ensino, o MEC, isso por pedido de Ranieri Mazzili.

Foi em 1966 que se assistiu à formulação e implementação de uma política de financiamento de livros didáticos, materializada no convênio MEC/USAID, num programa que, pela sua extensão e operacionalidade, merece uma reflexão destacada.

Não é preciso muito esforço de imaginação para avaliar a importância para as editoras da participação nesse convênio. Todo o trabalho de redefinir sua linha de produção para atender às exigências do programa seria irrelevante frente à compensação garantida com o sucesso da negociação. A generosidade do acordo era compensatório para o MEC, sempre limitado em recursos, e para a política estadunidense, interessada em fortalecer e sedimentar laços políticos com o novo regime estabelecido em 64, o que estava de acordo com a estratégia de criar, nos países do 3º Mundo, um elo estreito para impedir a proliferação da doutrina comunista. Não faltou imaginação e não foram modestos os resultados favoráveis a grandes editoras e, mesmo, a firmas estrangeiras. Ganhava-se de todo o lado. Acelerava-se a produção de livros, a diversificação de livros e criava-se todo uma estratégia de atuação junto às Secretarias de Educação que tais e quais livros entrassem na lista de recomendações para a futura seleção pelo MEC.

Em 1968, o debate no Congresso Nacional manterá o foco da crítica dos preços dos livros, mas acrescentará abuso já cristalizado na inovação desordenada de livros que, na maioria das vezes, têm sua alteração no número de edição, na disposição gráfica, enfim, nos recursos editoriais de inovação e não naqueles referentes à metodologia didática.

Em 05/03/1971, o Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, constituiu, pela Portaria nº 6, a Comissão de Inquérito encarregado de apurar irregularidades ocorridas na COLTED. Caberia a essa Comissão investigar irregularidades tais, que nunca foram tomadas conhecidas.

houvere um ante de atualidade?

DO INL À FENOME

item 7

O período de 71 a 76 foi, talvez, o de maior ressonância e atividade vivido pelo INL. Recebendo, por decreto, em 71, a responsabilidade de assumir a direção e o controle do projeto do livro didático. O procedimento adotado tinha a seguinte sistemática: as editoras enviavam ao INL os livros editados, do INL saíam para o Departamento de Ensino Fundamental do MEC, onde se escolhiam os livros a serem co-editados, o INL enviava então a relação dos escolhidos às Secretarias de Educação dos Estados, que, por sua vez, procediam à seleção dos que melhor se adaptassem ao seu trabalho.

A década de 70, se assistiu, sem dúvida, à criação e montagem de novas sistemáticas para contornar os problemas oriundos da política do livro didático, foi ainda rica em denúncias parlamentares e propostas políticas daí decorrentes. Era como se a retórica política fosse convincente no momento da tomada de decisões para a votação, mas não para a prática cotidiana do ensino. Evidência disso está no nº de projetos apresentados ao Congresso Nacional, no período de 72 a 81, todos eles justificados no alto custo da educação pela comercialização desregrada do livro didático.

2.0 - O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA EM CAMPINA GRANDE (1964/71)

dois itens:
- e. gde - caract.
- o l. d. H em C.

A utilização do livro didático de História, em C. Grande, no período pós-golpe militar, até a implantação da lei 5692/71, que introduziu modificações no modelo educacional brasileiro, padece de consideráveis questionamentos, alguns dos quais identificados no presente ensaio, através de entrevistas com professores, educadores e pais, deste período e atuais, e nos quais, alguns são relacionados?

Campina Grande, significativo recanto do interior nordestino, que, desde o Século passado, se destaca economicamente, através do comércio de alguns produtos primários que atendiam satisfatoriamente, vários recantos do país, logo começa a expandir-se demograficamente. Para cá vinham levadas e levadas de pessoas para compor a mão-de-obra que movia este "desenvolvimento". O crescente desenvolvimento econômico-comercial impulsiona o crescimento do setor bancário, cuja influência, no início da década de 1960, se estendia por cidades vizinhas. Com todo esse arrojo, surgem hospitais, obras e empresas de serviços, exigindo dos poderes públicos, melhor atenção. Afinal, era daqui que o Estado obtinha as melhores cotas fiscais e de onde a Paraíba era melhor divulgada.

Não tardou P/que a cidade logo se descobrisse culturalmente, quando aqui aflo-
ram inúmeras pessoas, interessadas que eram, indicadas que foram, para uma atua-
ção no processo de ensino-aprendizagem.
↳ plquem?

O período é de efervescência em todo o país. A situação político-partidária, sindical, ideológica, era bastante confusa. Havia uma vigilância e um policiamento muito fortes sobre tudo e sobre todos, com a intervenção estatal, por meios policiais, exercendo uma pressão debilitante sobre as pessoas, o que limitava o espaço de criatividade, de participação e de informação da vida nacional. E esta cidade, por tudo que já foi citado, pelo papel que ocupava naquele momento, não poderia sofrer de tais atitudes de forma diferente dos outros centros de importância, porque à conjuntura de então, interessava demais ter o controle de tudo isso, principalmente no referente à questão educacional e cultural.

Grande parte dos professores que atuavam na cidade se graduaram nos seminários de Recife e Olinda, nas faculdades de Direito de Pernambuco e Bahia¹⁷. Outros graduaram-se em Campina Grande, nas primeiras escolas de 3º Grau que surgiram na

red
cidade, como sendo as de Direito, Serviço Social e Faculdade de Ciências Econômicas, e de repente vêm-se logo envolvidas pela vida do magistério, seja por uma questão de necessidade financeira, ou pela própria carência deste tipo de mão-de-obra ou, mais ainda, por influências familiares e políticas, vão assim atuar por longos anos, fazendo mentalidades, pregando ideologias, e patrocinando um certo saber.

Nesta cidade implantam-se escolas de significativo valor, tanto aquelas ligadas às instituições religiosas, quanto às particulares, para logo começarem a se destacar um maior nº de escolas públicas. E, nestas mesmas escolas, irão surgir formas interessantes de resistência à situação de então, através da criação de grêmios estudantis, centros cívicos, associações de jovens estudantes e grupos de jovens ligados à Igreja, numa forma de protesto, de arrefecer as atitudes tomadas pelo Governo. Daí, que passeatas, quebras de ônibus, abaixo-assinados, panfletagem, greves de fome, tudo isso são algumas das formas de enfrentamento que vários líderes estudantis do Colégio Estadual da Prata, das Damas, da Faculdade de Serviço Social, do Col. Pio XI, do C.A.D., da Fac. de Direito, do Col. Juracy Palhano, do Col. Integrado da Furne, ⁽¹⁸⁾ irão empreender contra prisões de estudantes, cassação de políticos locais, falta d'água na cidade, aumento de passagem de ônibus, desaparecimento de sindicalistas, extinção de partidos políticos, deportação de funcionários públicos, invasão de salas-de-aula para recolhimento de livros ou revistas consideradas atentatórios ao regime. Todos estes atos, saídos sempre de setores estudantis, ou no mínimo influenciados pelos mesmos, contaram com alguns nomes de destaque, como Ronaldo C. Lima, Raimundo Asfora, Vital do Rego, Francisco Pimentel, Mário Araújo, José Farias, José Loureiro, Félix Araújo Filho, alguns jornalistas, médicos, etc, pessoas estas ligadas à educação.

Quanto ao processo ensino-aprendizagem, pelo que podemos apurar, através de entrevistas e algumas informações pessoais e de órgãos ligados à SEC, alguns problemas são mais avolumados quando da aquisição dos livros didáticos, principalmente os de História, pela própria conjuntura de então: a falta de livrarias, o preço, o pequeno número de editoras existentes no país e que apareciam pela região e o frágil poder econômico dos professores.

As alterações decorrentes da LDB trazem consigo um confronto entre a estrutura que funcionava em algumas escolas e o padrão de ensino utilizado, visto, muitos professores não desejarem mudar de tipo de avaliação, de metodologia, e algumas

escolas compactuaram perfeitamente com a situação vigente no país. Em outras, coube aos próprios professores introduzirem metodologias, bibliografias, recorrendo até riscos pessoais.

2.1 - O espaço de Abrangência, a Metodologia e os Livros

Os depoimentos dos professores e pais entrevistados ocupam um universo bastante variado, tanto na parcela considerada mais antiga, quanto na outra, em plena atividade docente. Na 1.^a, podemos contar idêias de professores que atuaram no Grupo Escolar Solon de Lucena, C. Est. de José Pinheiro, Ginásio Alfredo Dantas, Col. Pio XI, Col. Seráfico de Lagoa Seca, Col. Est. da Prata, Col. Mod. 11 de Outubro e Ginásio de Aplicação da Furne, enquanto que, na 2.^a, apareceram o NESA, o Inst. Ped. Branca de Neve, o Educ. Prof. Generino Fontana (P. Lavrada) o Col. Paraibano, o Col. 16 de Julho, a Escl. Cen. Con. Pedro Serrão, o Curso Campinense, o Col. Arco-Iris, o C. Est. Premem, o Col. Est. João XXIII (Fagundes), o Col. Est. Solon de Lucena (Malvinas), a Esc. Normal, o Col. Est. Aedemar Veloso, as Damas e Col. Est. Monsenhor Sales.

Quanto ao tipo de metodologia empregado no ensino-aprendizagem, podemos notar, que, apesar da conjuntura da época já citada, aplicava-se uma variedade de técnicas como: pesquisa, seminário, debates, leituras, decoreba, figuração, fotografias, jornais, esquematização, estudo dirigido, apresentação, interpretação, análise, estudo de grupo, ataque-e-defesa, painel, visitas, relatórios, slides, cartografia. São que, numa observação mais profunda, podemos deduzir que, se toda essa metodologia fosse empregada de forma mais socializada, teríamos um verdadeiro painel de técnicas. Até que ponto isso contribuiu para a melhoria do ensino de História? Atualmente, o ensino e os livros de História são de melhor ou de pior qualidade que no passado? Tal dedução/indagação pode ser comprovada, por afirmações contidas nas entrevistas sobre o desempenho dos alunos, considerado fraco, principalmente naquelas escolas em que havia maior vigilância ao professor.

A adoção dos livros didáticos sempre esteve condicionada, ou a conjuntura, ou à indicação da escola, raramente à critério do professor. (19)

No que se refere aos livros mais utilizados no período 1964/71, é interessante notar como os professores entrevistados, que atuaram neste período, demonstraram flexibilidade, enumerando vários autores, diferentemente dos atuais, que li-

mitaram-se a citar raros nomes. Os títulos e autores efetivamente, mais utilizados no período em questão constituíam "verdadeiras biblias". Destes destacam-se os de Borges Hermida, para o Ginásio, e os de Armando Souto Maior, para o Clássico e Científico, conforme quadro que segue.⁽²⁰⁾

LIVRO	AUTOR	EDITORA	CURSO
Hist. do Brasil-1 ^a Série	Borges Hermida	Nacional	Ginásial
Hist. do Brasil-4 ^a Série	Borges Arruda	Nacional	Ginásial
Hist. Geral	A.S. Maior	Ática	Clássico e Cient.
Hist. Mod. e Contemp.	Ládimio Valuce	FTD	Ginásial
Hist. do Brasil Col. e imp.	M. Jamaría V. Santos	Ática	Ginásial
Hist. Geral-Antiga e Medieval	Francisco M. P. Teixeira	Ática	Ginásial
Hist. Geral-Moderna e Contemp.	Francisco M. P. Teixeira	Ática	Ginásial

A aquisição desses livros era bastante difícil. Não havia a facilidade atual, restringindo-se a uma pequena parcela de alunos que os adquiriam. Os professores, muitas vezes, se valiam de parentes, de compras pessoais em João Pessoa e no Recife, e na "boa vontade" dos órgãos públicos, como o MEC, as SECs, etc. As escolas não possuíam bibliotecas que atendessem à demanda das necessidades, o que inviabilizava um trabalho de pesquisa. Os alunos da classe média para cima podiam comprar e os restantes, não. Além dos compêndios citados no quadro anterior, outros ainda apareciam bem numerosos como História do Brasil, de Osvaldo R. de Souza; História da Civilização de Joaquim Silva; Brasil: História Dinâmica, de Elimar Matos; História Geral: Antiga e Medieval, de Osvaldo R. de Souza; Hist. Moderna e Contemporânea, de Paulo C. de Alcântara; Pequena Hist. da Civilização Ocidental, de Joel Becker; História Moderna e Contemporânea, de Osvaldo R. de Souza; História Geral, de Paulo Miranda Gomes e Vera Lúcia B. Gomes; e, Os Dois Brasis, de Jacques Lambert.

As qualidades dos textos didáticos estavam muito aquém de um nível considerado bom. Os professores entrevistados os consideravam ufanistas, romanceados, subjetivos e embasados no sistema vigente.

2.2 - O Livro de História em Campina Grande (de 1971 aos dias atuais)

As mudanças efetuadas a partir de 1971, com a lei 5.692, atingiram o ensino de História através da criação da Área de Estudo denominada Estudos Sociais. Substituiu-se, assim, a nível de 1º Grau, o ensino de Hist. e Geog., enquanto disciplinas específicas, por uma mistura de informações das citadas disciplinas acrescidas das recém-criadas O.S.P.B. e Ed. Moral e Cívica.

O empobrecimento do estudo de História bem como da Geografia, constitui o resultado da inovação introduzida pela nova lei. Os livros didáticos tiveram de ser adaptados aos novos ditames. Logo, as editoras lançaram os livros de Estudos Sociais, cuja distribuição dos conteúdos, todavia, era feita separadamente: História, Geografia, Ed. Moral e Cívica e OSPB. Claro está que tais livros padeciam de sérias limitações, tendo que "espremer" conteúdos tão diversificados em um só volume, simplificam as informações, reduzem os textos de forma drástica, não subsidiam, portanto, o conhecimento nem da História, nem da Geografia. Ao mesmo tempo, consagra-se a figura do professor polivalente, que ministra um pouco de cada disciplina e, no fim das contas, não favorece o ensino-aprendizagem da História, nem da Geografia.

Atualmente, face à comprovada falência da disciplina Estudos Sociais, volta-se a lecionar as disciplinas História e Geografia no 1º Grau, separadamente. As editoras tratam de readaptar-se e lançam no mercado novos livros de História para o 1º e 2º Graus.

Aliás, há de se reconhecer que nesta retomada da disciplina História, são lançados livros didáticos de qualidade superior aos anteriores à lei 5692/71.

Os professores de História desta cidade e de algumas outras aqui próximas, como não poderia deixar de ser, sofrem as mesmas seqüelas que atingem o professorado em geral. Face os baixos salários, sobrecarregam-se de aulas para suprir a sua sobrevivência. Atuam em mais de um estabelecimento de ensino, tanto da rede pública quanto da privada.

Os depoimentos dos pais e professores entrevistados, atuantes no ensino de 1º e 2º Graus no espaço considerado, comprovam, por parte dos professores, a sobrecarga de trabalho antes referida e fornecem-nos opiniões a cerca dos livros didáticos. Quanto aos pais, tentam associar os livros didáticos a um passado,

às suas épocas de estudantes, e, conseqüentemente, tornã-os determinantes, em primeira instância, no que se refere ao ensino-aprendizagem de História, considerando-os pèssimos, horríveis, mentirosos, cheios de estorinhas, de coisas que eles nunca viram, de fotografias fantasiosas, etc. Ao lado destas críticas e defeitos, aparecem alguns questionamentos muito fortes a cerca da capacidade dos professores. Será que os pais têm condições de negar a capacidade desses professores?

É de se notar que a qualidade dos livros didáticos de História tenha contribuído para uma certa deformação do ensino-aprendizagem, mas isso deve ser associado a toda uma conjuntura de fatores, como o professor, a conjuntura presente, o compromisso da escola com a sociedade, etc. Os professores atuais tem mais ou menos condições de ministrar uma melhor aula de História?

Uma boa parte dos professores interpelados não citou nenhum livro didático. Nos casos citados, alguns aparecem, ainda, como bastante utilizados nos dias atuais, como:

LIVRO	AUTOR	EDITORA	GRAU
História do Brasil	Nelson Pileti	Ática	2º
Hist. Geral: Ant. e Med.	Gilberto Cotrim	Saraiva	1º
Hist. do Brasil: Col. e Rep.	Elza Nadai e Joana Mens <i>Neves</i>	Saraiva	2º
História e Vida	Nelson Pileti	Ática	2º
História dos Povos	Azevedo e Darós	Lê	2º
Hist. do Brasil	Francisco A. Silva e Pedro Ivo	Ática	2º
História Geral	A. Souto Maior	Ática	2º
História Geral	Antonio Pedro e F. Cárceres	Moderna	2º
Hist. do Brasil: evol. pol., soc. e ec.	Álvaro D. de Aiençar	Saraiva	1º
Hist. Mod. e Cont.	Oswaldo R. de Souza	Ática	1º
Hist. Geral: Mod. e Cont.	Borges Hernida	Nacional	1º

Além destes, outros ainda aparecem em menor número como, Hist. Geral; Moderna e Contemporânea, de Paulo C. de Alcântara (1º Grau); Hist. Geral; O Mundo Contemporâneo, de Ricardo e Ademar (2º Grau); Hist. do Brasil; Colônia e Império, de Elza Madai e Joana Neves (2º Grau); Hist. do Brasil: da colônia à Independência, de Milton e M. Luiza (1º Grau); Hist. das Sociedades, de Aquino, Den-

si e Oscar (1º Grau); e Hist. Geral; Mod. e Cont., de Marlene e Silva (1º Grau).

2.3 - A Participação Docente Atual e o Seu Papel

Os entrevistados são professores graduados nas universidades locais (UEPB e UEPB) e seus argumentos são bastante diferentes dos utilizados pelos professores antigos. Tal postura se refere à conjuntura diferenciada onde a pressão ideológica já não é a mesma do período anterior e o fato de serem profissionais devidamente habilitados e "comprometidos" com o processo ensino-aprendizagem, conforme se depreende das entrevistas e utilizando-se dos vários mecanismos de apoio existente atualmente, como slides, revistas, bibliotecas, mimeógrafos, xerox, tv, apostilhas, atlas, vídeo-cassete, enciclopédias dentre tantos. O que se pode notar é que o ensino-aprendizagem de História ainda deixa muito a desejar, por uma série de fatores, apesar de tantos meios de apoio existentes, na maioria das escolas, sejam públicas ou particulares. Ainda mais, dentro de toda essa conjuntura, para se atingir um melhor nível de aprendizagem por parte dos alunos, é necessário que os professores briguem mais pela disciplina e procurem se empenhar mais, no sentido de fazer ver ao alunado que a mesma importância que eles dão a outras disciplinas seja dada à História. Há uma marginalização muito forte, principalmente da História e da Geografia, por parte de diretores, pais e alunos e isso vai caminhando década a década, só contribuindo para a desvalorização do ensino-aprendizagem da História.

A respeito da aquisição dos livros atuais, há muito mais facilidade que no passado. Existem muito mais livrarias na cidade e a doação por parte das editoras é maior, como também o material de apoio. ? Todavia, nem por isso podemos contar com um nível de aprendizagem considerado bom, apesar das justificativas que os professores entrevistados expuseram sobre o uso de determinados livros: linha teórica satisfatória, enriquecimento com análise crítica, mostrarem a História como processo, maior proximidade com a História real, mostrarem o outro lado da História, por conduzirem à reflexão, por contribuírem para a transformação da realidade, por serem mais explicativos, atualizados, darem mais subsídios, pela linha teórica ser considerada satisfatória e por serem fáceis, resumidos, completos e possuem os esquemas prontos. Por outro lado, reclamam de que distorcem os fatos, que se assemelham nos erros, que possuem exceção cronológica, que são bastante distanciados do 3º Grau, que são sintéticos demais e que pasteurizam demais os fatos, padronizando as realidades regionais.

* seq. lógica; voltou à pag. de pag ant.

Cabe aos professores fazerem uma análise da bibliografia que ele tem ao seu dispor, procurar lutar de todas as maneiras para utilizar-se do que de melhor ele possa fazer uso e não se fixar em um ou dois autores. Ao mesmo tempo, os professores devem estimular os alunos a conhecerem as virtudes e os defeitos dos livros, os contrastes e a qualificação específica dos autores e professores, independentemente do tipo de escola: se de periferia ou de centro; pública ou particular; diurna ou noturna. Fazer ver a todos, diretores, pais, alunos e demais pessoas envolvidas no processo educacional, que o papel do professor é muito mais profundo do que se pensa e, dependendo de sua capacidade, ele poderá fazer bom uso de qualquer livro didático.

CONCLUSÃO

O centro de atenção máxima da escola deve ser o aluno. A escola existe em função dele, e, portanto, para ele. A sua organização, em qualquer dos seus aspectos, deve ter em vista a consideração do fim precípua a que a escola se destina: a criação de condições e de situações favoráveis ao bem-estar emocional do educando, e o seu desenvolvimento em todos os sentidos: cognitivo, psicomotor e afetivo, a fim de que o mesmo adquira habilidades, conhecimentos e atitudes que lhe permitam fazer face às necessidades vitais e existenciais.

Na promoção dessas condições e situações, um dos fatores mais decisivos é o professor. Suas atitudes, práticas, e desempenhos promovem um impacto significativo no educando, pois elas influem na imagem que os educandos formam na escola, no processo educativo em geral, na imagem de si mesmos, e, é claro, em aspectos particulares de sua aprendizagem. Portanto, toda atenção deve ser dada ao desenvolvimento de atitudes, habilidades e conhecimentos do professor para que possa promover um processo educativo relevante.

Não obstante, como membro de uma mesma avaliação e atividade, o livro didático se insere, profunda e decisivamente, como agente do processo educacional, fortalecendo um conjunto de valores e normas prevalentes que interagem para formar consciências.

Ao focalizar a dimensão histórica, política, econômica, ideológica, do livro didático no Brasil e em Campina Grande, avaliamos, analisamos e criticamos políticos, burocratas, legisladores, editores, distribuidores e comercializadores do livro. Ora, em nosso entender, muitos deles têm sua parcela de responsabilidade. A sua função principal com o livro didático não é com a função pedagógica e formadora do livro. Salvo as sempre louváveis exceções, os autores escrevem os livros didáticos para fazer negócio, um bom negócio. Especulam com a falta de nível e críticas do professor, dos pais e alunos, com a ignorância do Estado, enquanto financiador do livro.

O fato de o mecanismo de mercado funcionar em favor de autores medíocres e editoras mais preocupadas com o faturamento que com a qualidade do produto que lançam no mercado ocorrem, em grande parte, por culpa de um comprador negligente.

te, despreocupado com o valor de uso do produto comprado.

Diante disso, a primeira versão deste trabalho versava para uma conclusão de tipo teórico. Como esta já tem sido levantada em outras obras sobre o assunto, preferimos, agora, chamar a atenção sobre algumas limitações já citadas na apresentação e na introdução.

Ele consiste, basicamente, numa tentativa de estudar alguns dos fatores e processos de surgimento, evolução e uso do livro didático de História, no Brasil e em Campina Grande. Poucas atenções são dadas à dedicações de beleza, de fantasias, de abstrações. A intenção é sugerir a mim e a quem se interessar pelo assunto, que o mesmo seja apenas uma das formas de, numa Universidade, explorar o senso de intelectualidade e saber, promovendo uma fixação mais firme do assunto.

Sabemos, porém, que as explicações já citadas anteriormente somam-se ao interesse em sempre procurar um aperfeiçoamento digno dos objetivos a que são dirigidos os temas dessa natureza.

Reservamos a certeza de sempre procurar, nas oportunidades que tiver, fazer florescer o ímpeto do aperfeiçoamento, das regularidades, das tipologias dignas das necessidades que tiver o assunto.

O Autor.

NOTAS

- 01 - Ver Arquivo Gustavo Capanema, Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil (CPDOC da FGV/RJ).
- 02 - Guy de Holanda, 1957 ? obra? *n* corresponde
- 03 - Elza Nascimento Alves. ? obra?
- 04 - Freitag, 1975. ? obra?
- 05 - Romanelli. ? obra?
- 06 - MEC/FENAME. Prog. Nac. do Livro Didático, Brasília, 1976, gestão do Ministro Ney Braga. obra?
- 07 - Ídem... 1980, gestão do Ministro Eduardo Portela.
- 08 - MEC/FAE. Relatório Anual, 1984. Brasília, 1985.
- 09 - J. B. S. Oliveira, 1984. obra?
- 10 - Oliveira, S. 1961. obra?
- 11 - Discurso do Pres. da Rep. ^{quem?} em 1985. in - - -
- 12 - Arquivo G. Capanema, 12/04/1939. CPDOC/FGV.
- 13 - As prerrogativas serão sucessivas até o fim da gestão Capanema. ? *n* corresponde
- 14 - Arquivo G. Capanema, 26/08/1941. CPDOC/FGV. Esta último argumento permanece até os dias atuais.
- 15 - Osmar Sampaio Dória, 10/10/1947. Parecer nº 259/47 ao Min. da Educação. Arquivo Capanema.
- 16 - Lei 1536, de 28/12/1951.
- 17 - Registro Profissional. Insp. Técnica de Ensino.
- 18 - Monografia de Gilmar do S. Nascimento.
- 19 - Entrevista da Pesquisa. *onde está o modelo?*
- 20 - Idem...

BIBLIOGRAFIA

- . CHAVI, Marilena de Souza. O que é Ideologia. São Paulo. Ed. Brasiliense, 30 ed. primeiros passos, 1989. pp-32.
- . MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã: Teses sobre Fruerbach. 1ª Cap. São Paulo, Ed. Moraes, 1989, pp. 107.
- . ECO, Humberto. Como se faz uma tese. Série Metodologia. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1977. pp. 169.
- . GOI, Vera Lúcia. Fichas de Consulta em substituição ao Livro Didático. in: A Prática do Ensino de História (Cadernos Cedes nº 10). Cortez Editora, São Paulo, 1986. pp. 53-56.
- . DA SILVA, Jefferson Ildefonso. A Educação do Educador. In: A Formação do Educador em Debate. (Cadernos Cedes nº 2). São Paulo, Cortez Editora, 1980. pp. 39/46.
- . ROSSI, Wagner Gonçalves. O Papel do Pedagogo na Sociedade. Idem.
- . PINSKY, Jaime. O Ensino de História e a Criação do Fato. Col. Repensando o Ensino. São Paulo, Ed. Contexto, 1988. pp. 105.
- . FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O Livro Didático da História no Brasil: a versão fabricada. São Paulo, Global Ed., 1982. pp. 103.
- . DA SILVA, Marcos A. Repensando a História. ANPUA. São Paulo, Ed. Marco Zero, 2ª ed. 1987. pp. 135.
- . OLIVEIRA, J. Batista Araújo e, GUITARÃES, Sônia Dantas P., BOMENY, Maria Helena B. A Política do Livro Didático. São Paulo, Summus Editorial, Campinas: Ed. da Univ. Est. de Campinas, 1984. pp. 139.
- . FREITAS, Bárbara., MOTTA, Valéria Rodrigues & DA COSTA, Vanderley Ferreira. O Livro Didático em Questão. São Paulo, Cortez/Autores Associados, Col. educação contemporânea, 1989. pp. 157.
- . DE FARIA, Ana Lúcia G. Ideologia no Livro Didático. São Paulo, Cortez/Autores Associados, (Col. polêmicas do nosso tempo), 1987, 6ª ed. pp.86.
- . FENELON, Déa Ribeiro. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. (Cadernos Cedes nº 8). São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- . VERA, Armando Asti. Metodologia da Pesquisa Científica. Trad. de Maria Helena G. Crespo e Beatriz M. Magalhães. Porto Alegre, Ed. Globo, 6ª ed., 1980. pp.197.
- . ALBUQUERQUE, F.F. L. Que sabemos Sobre o Livro Didático ? Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 1976 (mimeo).
- . MOLINA, O. O Livro Didático e as Habilidades de Estudo: Leitura, Teoria e Prática. Porto Alegre, 1984.
- . NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. O Movimento Estudantil Brasileiro e Seus Reflexos em Campina Grande (1963/64). Campina Grande, 1985 (mimeo). pp. 49.